

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

FAMÍLIA E ESCOLA: Uma Parceria Possível e Necessária.

Autora: Maria de Lurdes Hoinatz Magnabosco¹

Orientadora: Sueli Ribeiro Comar²

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir a função social da escola e da família, bem como a necessária relação entre ambas e os possíveis entraves nessa relação, além disso aponta para algumas estratégias de aproximação dessas duas instituições formadoras. Isto se justifica porque atualmente, face a inúmeras transformações sociais, a família está delegando a escola, funções que não lhe são precípuas. Embora a responsabilidade sobre a aprendizagem formal seja da escola, não é esta e sim a família que proporciona as primeiras experiências educacionais à criança. É dentro da instituição familiar que o indivíduo recebe suporte para participar de outras instituições sociais. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que a escola também é indispensável para a formação omnilateral do indivíduo e, tanto mais consistente será o seu efeito se puder contar com a efetiva participação familiar nesse processo. Acredita-se que a articulação entre a escola e a família pode contribuir para minimizar problemas de relacionamento interpessoal, estimular a motivação aos estudos e conseqüentemente melhorar o ensino e a aprendizagem. Nesta perspectiva, é necessário pensar em estratégias para estreitar essa relação, compreendendo quais fatores implícitos ou explícitos impedem ou inibem a participação familiar e assim, tentar superá-los.

Palavras-chave: Família. Escola. Relação. Participação.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo compreende a finalização das ações previstas no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, da SEED/PR, tendo como linha de estudo a articulação entre os segmentos da escola: a relação entre escola e família cujo propósito principal foi aproximar família e escola, por se entender que são duas instituições que exercem forte influência na formação do indivíduo, se constituindo espaços nos quais a criança e o adolescente passam a maior parte do seu tempo.

Dada a amplitude do tema inicialmente o artigo apresentará as ideias de alguns pesquisadores que estudaram sobre o tema pesquisado e em seguida, será apresentado um relato da experiência vivenciada na Escola Estadual do Bairro Itaipu – E.F. no município de Salto do Lontra – PR, a qual sinaliza para algumas possibilidades de aproximação entre família e escola.

¹ Professora Pedagoga na Escola Estadual do Bairro Itaipu – E.F (SEED/PR). Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (FACIBEL - IBPEX) e em Neuropsicopedagogia (CELER).

² Professora Adjunta do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas.

A opção pelo título: “Família e Escola: uma parceria possível e necessária”, decorre da premissa de que ambas as instituições almejam algo em comum: uma boa formação para o filho/estudante. Acredita-se que quando escola e família trabalham coletivamente os resultados tendem a ser melhores, contribuindo, por exemplo, para minimizar problemas de relacionamento interpessoal, estimular a motivação aos estudos e conseqüentemente melhorar o ensino e a aprendizagem.

Diante disso, no ano de 2014, ao identificar o distanciamento da família e da escola, realizei uma pesquisa da qual participaram 92 pais/responsáveis e 17 educadores. Percebeu-se que 70% dos familiares alegaram ser o trabalho, o principal empecilho para o comparecimento na escola e 87% reconhecem que a participação familiar na vida escolar melhora as atitudes e a aprendizagem dos filhos/estudantes. Então, teoricamente, apenas 17% não tem empecilho aparente. Essa pesquisa também permitiu compreender melhor a realidade material, as condições sociais, econômicas e culturais dos usuários da Escola Estadual do Bairro Itaipu, na qual atuo como professora pedagoga.

Desse modo, senti-me instigada a pensar: quais ações poderiam ser mobilizadas no sentido de promover maior participação da família considerando a realidade acima exposta?

REVISÃO DE LITERATURA

Considerações Sobre a Função Social da Família

Nas últimas décadas as configurações familiares sofreram profundas transformações. Muitas vezes tem-se levado mais em consideração os vínculos afetivos do que os sanguíneos, mas, independente de sua formação, é inegável que a família é a instituição primária da sociedade. É ela, que na maioria das vezes serve de modelo para o indivíduo. Desse modo, tem uma inquestionável função social que é preparar o indivíduo para a convivência em sociedade e para sua evolução. “Entre todos os grupos sociais que um homem atravessa é a família que há de exercer sempre a ação mais duradoura.” (ETAVARD, s/d, p. 33).

De acordo com Paulo Lôbo (2011. p. 18),“(...) se atribuiu à família, ao longo da história, funções variadas, de acordo com a sua evolução, a saber, religiosa,

política, econômica e procracional”. Apesar das diferentes funções para cada época, cada uma com seus valores e preocupações, deveria permanecer como fio condutor de todo comportamento familiar o amor e o respeito. No entanto, muitas crianças não vivenciam isso no lar e presenciam desde cedo situações cruéis que uma sociedade capitalista e exploratória produz e, às quais estão expostas. Essa experiência vivida no meio familiar repercute em outros ambientes dos quais a criança participa.

A função da família deveria ir muito além do atendimento às questões primárias de sua sobrevivência mas, envolver também a formação do caráter e a preparação para a vida social. Portanto, é dentro da instituição familiar que o indivíduo deve receber suporte para participar de outras instituições sociais. Tamanha é a importância da família nesse contexto que a legislação se encarrega de prever a sua proteção como nos mostra Paulo Lôbo:

A proteção do Estado à família é, hoje, princípio universalmente aceito e adotado nas Constituições da maioria dos países, independentemente do sistema político ou ideológico. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, assegura às pessoas humanas o *direito de fundar uma família*, estabelecendo o art. 16.3: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito a proteção da sociedade e do Estado. (LÔBO, 2011, p.17)

A família deve ter como principal função o acolhimento do indivíduo formando-o como cidadão capaz de exercer seu papel na sociedade quer seja como filho, irmão, trabalhador, estudante, entre outros.

Embora seja indiscutível a importância da família, há que se reconhecer que as mudanças pelas quais a sociedade vem passando, causadas por avanços técnico-científicos ocorridos em todas as áreas do conhecimento incidem maciçamente sobre as relações familiares, provocando uma revolução nos costumes e valores sociais. Esta crise de valores e princípios causada pela falta de um paradigma ético, que sirva de referência para o ser humano agir em prol de necessidades coletivas e não somente individuais, bem como as condições de exploração na qual se encontra a maioria da população, dificulta que a família exerça sua função de forma desejável, gerando angústia diante de sua impotência.

A família não é a única instituição educadora ou formadora, já que outras instituições e meios como a escola, televisão, internet, amigos entre outros, também exercem esse papel. Mesmo considerando e compreendendo suas dificuldades e

limitações, é importante que a família seja orientada e estimulada a ensinar limites de forma razoável e coerente sem cair no extremismo da opressão nem tampouco da permissividade, ambos nocivos à formação humana, pois não é a escola e sim a família que proporciona as primeiras experiências educacionais à criança.

A falta de limites pode ser uma mola propulsora para a corrupção, violência, exploração e outras formas de comportamento que não convém à família e à sociedade. Dessen, M.A & Polonia, A.C. (2007) afirmam que os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais. As mesmas autoras lembram ainda que:

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa (DESSEN, M.A & POLONIA, A.C. 2007).

Percebe-se que o papel da família na formação das crianças e jovens tem impacto imenso. Nenhuma escola por melhor que seja, consegue substituir a família nas tarefas que são suas. Da mesma forma, a criança não se desenvolverá harmoniosa e equilibradamente, se não se sentir amada. “(...) ninguém pode sentir amor pelos outros, se primeiro não foi amado, protegido e respeitado no seio de uma comunidade atenta às suas necessidades.” (ETAVARD, s/d, p 34)

Se destacamos com demasiada ênfase a importância da família é porque é impossível falar da vida social da criança sem lembrar que ela mergulha profundamente as suas raízes em todas as primeiras relações estabelecidas com os que a rodeiam.

Considerações Sobre a Função Social da Escola

Pode-se aprender sempre e em todo lugar, mas é especialmente na escola que acontecem as aprendizagens fundamentais, e que condicionam todas as outras, como a leitura, a escrita e o cálculo e por conseguinte, outras operações mentais como deduzir, analisar, sintetizar, entre outras. Meirieu (1998, p.17) destaca que “A Escola tem aí uma missão insubstituível; garantir que um certo número de saberes e de *savoir-faire* sejam adquiridos por todos de maneira sistemática e organizada. Tem uma função social específica que é a de gerir estas aprendizagens.”

Diante das profundas transformações sociais das últimas décadas, nota-se uma certa confusão de papéis entre as instituições sociais. Muitas vezes pela ineficiência ou fragilidade de outras instituições, o papel primordial da escola que é a socialização do conhecimento historicamente produzido e acumulado, abre espaço para o atendimento de outras demandas contemporâneas. Novamente Meirieu nos elucida esta questão polêmica:

Centrar a Escola no aprender não é esvaziar todas as outras funções que ela pode assumir (a “creche”, o controle sanitário, a socialização da criança), tampouco negar a importância das atividades para-escolares, dos clubes e dos lares ou pedir que se suspenda toda afetividade na sala de aula, mas é *definir o professor como um profissional da aprendizagem* e ajudá-lo a construir, neste domínio, uma verdadeira identidade. (MEIRIEU, 1998, p.18),

Essa ideia reforça que a escola não é uma ilha, e que pode aproveitar as demandas sociais da comunidade na qual está inserida, como um ponto de partida para o ensino dos conteúdos curriculares, sem esvaziar sua função, ao contrário, tornando-a ainda mais significativa aos que a frequentam. Desse modo, a escola deve “provocar e facilitar a reconstrução dos conhecimentos, atitudes e formas de conduta que os/as alunos/as assimilam direta e acriticamente nas práticas sociais de sua vida anterior e paralela à escola.” (SACRISTÁN & GÓMEZ, 1998 p. 22).

Sobre os desafios enfrentados pela escola na tentativa de cumprir adequadamente sua função, Libâneo (2005, p. 117) sinaliza “Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional.”

Certamente que a função da escola é extremamente complexa, já que é permeada por inúmeros determinantes e interesses. Sacristán & Gómez, confirmam-nos isso dizendo que:

A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do *status quo* real – assumido como natural pela ideologia dominante -, o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações. (SACRISTÁN & GÓMEZ, 1998, p. 22)

Ou seja, a escola como instituição social, segundo Sacristán & Gómez (1998) cumpre funções específicas e restringidas, mas não consegue compensar as diferenças que uma sociedade de livre mercado provoca, dividida em classes ou grupos com oportunidades e possibilidades econômicas, políticas e sociais bem desiguais na prática. Embora seja um desejo dos educadores mais comprometidos promover uma transformação profunda na sociedade, novamente Sacristán & Gómez (1998, p. 24) nos lembram que “A igualdade de oportunidades não é um objetivo ao alcance da escola. O desafio educativo da escola contemporânea é atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social.”

Assim, a função principal da escola é a humanização através da socialização do conhecimento, instrumentalizando o aluno para compreender de forma crítica a realidade na qual está inserido, podendo atuar de forma ética e consciente sobre a mesma. Embora a tarefa seja árdua, não se pode deixar de reconhecer que a escola é indispensável para a formação omnilateral do indivíduo e tanto mais consistente será o seu efeito se puder contar com a efetiva participação familiar nesse processo.

A Necessária Relação Entre Família e Escola

A família e a escola são seguramente as instituições que mais exercem influência na formação do indivíduo. A família, por ser a primeira instituição social na qual o indivíduo passa, é nela que se criam os primeiros elos que determinarão suas relações futuras. Rego (2003) citado por Dessen & Polônia, nos diz que “A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão.” Na mesma linha (Etavard, s/d, p. 12) destaca: “A escola está ao serviço dos nossos filhos e é por isso que temos uma palavra a dizer no que diz respeito ao ensino que lhes é ministrado.” A mesma autora falando do ponto de vista dos pais, diz que:

Quando saem reformas de ensino, ficamos indiferentes porque somos incapazes de lhes avaliar a oportunidade. E no entanto, quem deveria interessar-se, em primeiro lugar, por estes projetos, senão as famílias que confiam todos os anos milhares de crianças ao ensino público? (...)nenhuma reforma séria, profunda e duradoura pode vir de cima. Os psicólogos e os pedagogos mais competentes não poderão elaborar nada de válido, se os pais não prestarem atenção aos seus trabalhos, não para os criticarem sem restrições, mas para os repensarem à luz da sua experiência de pais que é insubstituível. (ETAVARD, s.d, p. 12)

A participação familiar é frequentemente, apontada por muitos professores como parte fundamental do sucesso ou fracasso escolar. Percebe-se que esta participação familiar tão almejada pelos educadores expressa-se também na legislação educacional vigente. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20 de novembro de 1996, no seu Art. 2º, dispõe o seguinte: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Ou seja, o dever da família precede o dever do Estado, sendo assim, bastante expressiva sua função educativa. Apesar da conotação neoliberal dessa apresentação legal, não negamos a importância de a criança contar com apoio parental para sua formação.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, em seu Art. 129 refere-se às Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis, lembrando que uma delas é “matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.” Nota-se que muitos pais ou responsáveis não cumprem a lei em sua integralidade, pois têm apenas a preocupação de realizar a matrícula, negligenciando o acompanhamento do aproveitamento escolar.

O ECA prevê em seu capítulo IV, Art. 53, que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” Assim sendo, é necessário criar espaços para que se produza uma cultura que incorpore a participação escolar como parte dos deveres e direitos das famílias, desenvolvendo-lhes o sentimento de pertença, percebendo que a escola também é delas, já que é feita para seus filhos e ainda reconheçam-se como importantes e necessárias no processo educativo. A escola poderá animar estes espaços aproximando-se das famílias, criando assim possibilidades para compreender os fatores implícitos ou explícitos que impedem ou inibem sua efetiva participação, bem como tentar estreitar essa relação, já que “(...) a criança constitui seus esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação através de formas que assumem as relações de interdependência com as pessoas que a cercam com mais frequência e com mais tempo, ou seja, os membros da família.”(LAHIRE, 2008, p. 17)

Dessa forma, percebe-se que a família tem forte impacto e influência

significativa na formação humana, especialmente na criança que a partir desse contato, estabelece as primeiras relações e as diferentes formas de existir e ver o mundo, de agir e interagir com as pessoas e com tudo que a rodeia.

Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, (1999) analisam como ocorre essa relação, ao afirmar que é no ambiente familiar que a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida.

E Del Prette reforça essa ideia

Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, acionando aspectos salutaros ou provocando problemas e alterando a saúde mental e física dos indivíduos. (DEL PRETTE, 2001, p. 48)

O autor acima afirma que aquilo que se vivencia na família repercute em outros locais nos quais a criança interage. Considerando-se que a escola após o ambiente familiar é onde a criança passa a maior parte do seu dia, certamente tudo o que ela vivencia no lar será parâmetro para as relações que ela irá estabelecer também na escola.

Nesse sentido, (Etavard, s/d, p. 90) indaga: “Os pais e educadores irão procurar uma cooperação que assegure a educação coerente da criança, ou pelo contrário, ignorarem-se, desconfiarem uns dos outros, sem se darem conta de que estão a comprometer a boa adaptação das crianças que tem por missão educar?” E ainda questiona: “Aceitarão, de bom grado, encontrarem-se e trocarem impressões e conhecimentos mútuos que podem ajudá-los no seu trabalho ou evitarão esses encontros?” (ETAVARD, s/d, p. 92).

Diante do exposto, mais uma vez fica evidente a necessidade de uma boa relação entre família e escola, pois a escola pode exercer um papel educativo junto aos pais ou responsáveis trazendo informações, orientações e debates, numa tentativa conjunta de melhorar a educação. E a família por sua vez, também deverá ter acesso e liberdade para apresentar suas críticas e sugestões à escola e ainda colocar-se à serviço ajudando no que puder. Desse modo, ambas saem fortalecidas.

Atualmente é comum ambos os pais/responsáveis trabalharem para sustentar a família, muitos deles deixaram de estudar antes mesmo de serem alfabetizados e

isso as vezes dificulta a participação no desenvolvimento escolar do filho. Embora a participação desejada pela escola talvez seja aquela em que a família estabelece limites e regras de conduta. Nesse sentido, com atitudes adequadas e respeitando as normas de convivência, o trabalho escolar fluiria e teria resultados mais satisfatórios, garantindo-se assim melhor aprendizado.

É na família que acontece o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos, onde os filhos deveriam aprender a respeitar os outros, a conviver com regras e a escola viria para reforçar esses primeiros valores, acrescentando, mas não assumindo para si o papel inicial que é da família. Sobre isso, Tiba nos alerta:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam. (TIBA, 1996, p.111)

Evidentemente, que a questão não é cair no julgamento “culpado x inocente”, mas compreender até onde vai a responsabilidade de cada instituição e, na medida do possível desenvolver ações coordenadas, mas para isso os professores precisam conhecer e aceitar as novas formas de organização familiar. Em contrapartida, a família deve se inteirar e participar ativamente do cotidiano escolar procurando a melhor forma para ajudar o filho/estudante.

Possíveis Entraves na Relação Família e Escola

Em pesquisa realizada com os professores da Escola Estadual do Bairro Itaipu no ano de 2014, percebeu-se que 94% dos professores disseram que a ausência da família é um dos fatores que mais tem dificultado o exercício da profissão (as outras alternativas eram: muita burocracia e novas tecnologias, as quais somaram 6%). Outro dado revelado nesta pesquisa é que 88% dos professores consideram a participação dos pais/responsáveis, ruim. Ainda, 80% dos professores pensam que os motivos da ausência da família sejam “outros”, não considerando portanto, muito significativas as demais alternativas colocadas, que eram: trabalho, reuniões demoradas, assuntos desinteressantes, não se sentir acolhida. Então, para os professores entrevistados, uma parcela significativa de

pais/responsáveis **aparentemente** não demonstram interesse pelo rendimento e comportamento escolar dos filhos. Qual a razão desta atitude?

Tendo como base o referencial teórico adotado, considera-se que a baixa escolaridade que incide sobre uma grande parcela dos pais/responsáveis, faz com que estes não possuam vínculo significativo ou positivo com a escola e, tampouco, tenham desenvolvido o hábito do estudo de modo a transmiti-lo aos seus filhos. Além disso, parece-nos que muitas famílias não se veem como responsáveis pelo processo de formação da criança, entendem que realizar a matrícula na escola já é suficiente e sentem-se isentas do acompanhamento escolar. Estas hipóteses são pertinentes e aceitáveis, porém não suficientes para explicar a pouca participação familiar na vida escolar.

Encontramos em alguns autores possíveis explicações que nos permitem avançar nesta reflexão. Com Nogueira & Nogueira (2002, p.16-32) percebemos que algumas ideias postuladas por Bordieu ajudam a entender a frustração dos jovens das camadas médias e populares diante das falsas promessas do sistema de ensino, já que até meados do século XX, supunha-se que por meio da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Porém, na prática, não foi o que se verificou: onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

Cada indivíduo, segundo Bordieu, é caracterizado por uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui, por um lado, certos componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar. Essa bagagem transmitida pela família seria denominada de capital cultural. As referências culturais, os conhecimentos e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. A educação escolar, no caso das crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, seria uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças significaria algo estranho, distante, ou mesmo ameaçador. Bourdieu mostra que, na verdade, as chances são desiguais. Alguns estariam numa condição mais favorável do que outros para atenderem às exigências, muitas vezes implícitas, da escola.

Bourdieu citado por Nogueira (2002) enfatiza ainda, que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito. Para as classes populares, investir no mercado escolar é um risco já que o retorno pode ser baixo, incerto e a longo prazo. Então, esse grupo social tenderia a adotar o que Bourdieu chama de “liberalismo” em relação à educação dos filhos.

A vida escolar dos filhos não seria acompanhada de modo muito sistemático e nem haveria uma cobrança intensiva em relação ao sucesso escolar. As aspirações escolares desse grupo seriam moderadas. Esperar-se-ia dos filhos que eles estudassem apenas o suficiente para se manter (o que, normalmente, dada a inflação de títulos, já significa, de qualquer forma, alcançar uma escolarização superior à dos pais) ou se elevar ligeiramente em relação ao nível socioeconômico dos pais. Essas famílias tenderiam, assim, a privilegiar as carreiras escolares mais curtas que dão acesso mais rapidamente à inserção profissional.(NOGUEIRA & NOGUEIRA 2002, p. 24)

Embora Nogueira & Nogueira (2002) tenham algumas considerações a limitação dessa teoria de Bourdieu, ao dizer que as famílias e os indivíduos não podem ser reduzidos à sua posição de classe, parece que esta teoria cabe bem na realidade que estamos estudando, pois nos fornece alguns elementos importantes para compreender o distanciamento de muitas famílias. Talvez tenham se “desencantado” com as possibilidades de ascensão social via escola, e com isso depreendem que todo esforço é inútil.

No entanto, é justamente para superar essa realidade que não se pode negligenciar nem dispensar o envolvimento e a participação familiar, ao contrário, deve ser cada vez mais estimulada e efetivada. Segundo Paro:

Parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços significativos no sentido da democratização do saber, sem que a isso seja compelido pela sociedade civil. No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. E isso só terá condições de acontecer na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los (PARO *et al*, 1988, p.228).

Paro (1992) argumenta que não se pode negar a legitimidade da participação

familiar por conta do aludido baixo nível de escolaridade e da ignorância dos pais/responsáveis a respeito das questões pedagógicas. Se assim fosse, a escola não poderia também querer que os mesmos atuassem (em casa, no auxílio e assessoramento a seus filhos) na execução do pedagógico. A família não pode fazer o que não tem condições e que é obrigação da escola: a execução do pedagógico é atribuição de pessoas, como os professores, preparadas para esse fim.

Nesse sentido, na obra “Os nossos filhos na escola” encontramos aquilo que pensamos ser o ideal de participação da familiar:

Se a nossa ignorância nos incita a humildade, não deve levar-nos ao pessimismo e à demissão. À família pertencerá sempre a missão de dar o colorido da vida ao ensino teórico que a criança vai receber nas aulas. À família há de caber sempre a tarefa de forjar os instrumentos que tornarão possível a aquisição do saber e a formação do espírito. (ETAVARD s/d p.14)

Diante disso, é inegável a necessidade de uma relação madura, honesta, sensível e harmoniosa entre a família e a escola. Pois, se é desejável, que os pais conheçam e participem da escola, não é menos útil que esta conheça os seus estudantes e a família de onde vem.

São vários os fatores que podem levar à não participação da família na escola. Paro (1992 p. 278) analisa que os pais/responsáveis das camadas populares, em geral, sentem-se constrangidos em relacionar-se com pessoas de escolaridade, nível econômico e *status* social acima dos seus. Diz ainda, que há também uma espécie de "medo do desconhecido" devido a ignorância a respeito das questões pedagógicas e das relações que ocorrem no interior da escola, sendo que estas são vistas como assunto apenas dos técnicos e entendidos e não acessível aos "leigos" que utilizam seus serviços. Há ainda o receio, por parte dos pais, de represálias que possam ser cometidas a seus filhos.

Analisar a baixa participação dos pais somente pela ótica das condições de vida dos mesmos pode gerar certo imobilismo por parte dos educadores, tendo em vista que esta é uma situação insolúvel ao âmbito escolar. Contudo, exatamente aí reside um grande desafio: encontrar alternativas para estimular a presença efetiva e afetiva da comunidade escolar, pois, como afirma Paro (1992, p. 275) “não estando presente, torna-se também mais difícil avaliar com maior precisão a qualidade do ensino oferecido para, a partir daí, lutar por um ensino melhor”.

Metodologia e Resultados Obtidos

A implementação do Projeto de Intervenção previsto como uma das etapas do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) e que deu origem a este artigo ocorreu na Escola Estadual do Bairro Itaipu – Ensino Fundamental, tendo como público alvo os pais/responsáveis pelos estudantes do 6º ao 9º ano, bem como os estudantes das respectivas turmas e os educadores da escola, entre os meses de fevereiro e julho de dois mil e dezessete. A participação dos pais/responsáveis foi por adesão. Na Assembleia de início de ano foi feito o momento de sensibilização, explanado acerca do projeto e realizado convite. Surpreendeu-nos positivamente a manifestação do desejo dos pais em participar.

Os encontros foram organizados para atender 3 Eixos, sendo: Eixo I Família, Eixo II Professores e Eixo III Alunos. Inicialmente a ideia era fazer os encontros dos pais/responsáveis sem a presença dos filhos, porém no decorrer do planejamento das atividades notou-se que seria pertinente que eles participassem junto com a família e essa mudança mostrou-se muito valiosa tendo em vista que proporcionou aproximação entre pais/responsáveis e filhos.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas foi a definição do material para a implementação, considerando o desafio de propor uma reflexão crítica para além da culpabilização de uma ou outra instituição, no que tange ao desempenho escolar do filho/estudante, mas buscando redimensionar a prática pedagógica e levar os envolvidos a perceberem-se como importantes e necessários nesse processo.

Nessa perspectiva, os encontros com **Eixo I – Família**, foram organizados com as seguintes temáticas: Relacionamento Familiar; Quem é o teu filho? A escola dos nossos filhos; Educar é um ato de amor e coragem; Fortalecendo nosso coletivo.

O **Eixo II – Professores**, com um encontro de 04 horas o objetivo era debater sobre as possíveis causas implícitas ou explícitas da pouca participação familiar e, ainda pensar coletivamente em estratégias de aproximação com as famílias.

Refletiu-se com o grupo de professores sobre os aspectos internos e/ou externos que impedem ou inibem a participação familiar. Quanto aos aspectos internos, aqueles que dizem respeito ao cotidiano escolar e sua dinâmica de organização, os mais mencionados pelos educadores foram: o fato de a família ser

chamada quase sempre apenas para ouvir queixas e reclamações e, raramente para receber orientação ou elogio; além disso também foi mencionado que os horários em que os pais/responsáveis são chamados não favorecem a sua participação, devido ao trabalho e, também, que alguns pais ficam inibidos por desconhecem o funcionamento da escola e assim sentem-se inferiorizados. Já no que diz respeito aos aspectos externos os professores destacaram o desinteresse e indiferença de muitas famílias que matriculam os filhos e transferem toda responsabilidade para a escola; além disso, foi mencionado problemas como alcoolismo e violência, desestrutura familiar, tarefas do dia-a-dia; confusão de papéis sobre o que cabe à cada instituição.

A autora Etavard (s/d) apresenta algumas hipóteses para a pouca participação familiar, sendo elas: indiferença, negligência, sentimento de inferioridade, oposição. Dentre essas alternativas os professores entendem que em certa medida todas estão presentes, mas destacaram principalmente a negligência e o sentimento de inferioridade. Essa percepção é importante, pois, fornece indícios do que a escola precisa considerar e melhorar para que os pais sintam-se mais aceitos, respeitados e valorizados.

Questionados sobre como a escola pode melhorar a relação com as famílias, a maioria dos professores reconhece que é necessário: melhorar a comunicação e a acolhida, ser mais delicado no falar, incentivar a participação, falar da importância da escola e da participação familiar, desenvolver o sentimento de pertencimento, destacar mais as qualidades do que os defeitos dos filhos, saber ouvir, realizar encontros mais frequentes com palestras de formação, debates, dinâmicas, encontros culturais, tentar conhecer melhor as famílias. Enfim, apresentaram alternativas totalmente viáveis e exequíveis, basta planejar coletivamente, de forma sistematizada e comprometida.

Por fim, o **Eixo III** – Alunos, contou com um encontro que focou na importância da auto-estima e de uma auto-imagem positiva, bem como nas necessidades humanas, sendo o aprendizado, uma delas. Foi dado ênfase ao debate sobre a importância da educação como processo de humanização e na motivação ao estudo. Neste encontro também foi gravado um vídeo onde os filhos convidavam os pais a participarem dos Encontros de Formação, o qual foi passado no momento da Reunião de pais e deixou muitos emocionados.

Concomitantemente à implementação do projeto acontecia o GTR (Grupo de

Trabalho em Rede), no qual eu tinha a incumbência de atuar como professora tutora. Percebeu-se que o desejo de participação familiar na escola é latente entre os educadores, tendo em vista que todas as vinte vagas disponíveis para o GTR foram ocupadas, evidenciando o anseio de muitos educadores do Paraná em encontrar alternativas para aproximar estas duas instituições. Atuando como mediadora dos debates, percebi que as queixas são comuns: pais que não participam, não acompanham a vida escolar dos filhos, não são presentes, contudo, poucos participantes relataram terem investigado os motivos dessas atitudes. As tentativas de aproximação descritas pelos participantes são também muito semelhantes: exposição de trabalhos, gincanas, dia da família na escola, noite cultural, entre outros, porém configurando-se como ações pontuais e estanques.

Tendo em vista que o foco principal era o Eixo I “Família”, considero oportuno e necessário retomá-lo para descrever de forma mais detalhada como foram os encontros realizados com os pais/responsáveis.

No primeiro encontro o tema foi “Relacionamento Familiar”. Percebeu-se certa tensão na chegada, pois os pais/responsáveis não sabiam ao certo como seria a condução do mesmo. Essa tensão se desfez rapidamente com uma acolhida calorosa na qual se sentiram importantes e valorizados por estarem ali, evidenciando a grandiosidade do seu gesto ao tirar um tempo para si, para seus filhos e para sua família. Nesse encontro o objetivo principal era estimular a reflexão sobre a importância do bom relacionamento familiar e seus aspectos formativos ou deformativos na vida cotidiana, incentivando a adoção de um convívio amoroso e respeitoso no lar. Estavam presentes os pais/responsáveis por 31 alunos. A maioria participante eram mães, sendo apenas 02 os pais presentes. Isso configura que as mães assumem, além de tantas outras, também esta atividade de acompanhar a vida escolar dos filhos. Foram utilizados slides, vídeo e realizado trabalho em grupo com reflexão acerca de imagens com diferentes cenas cotidianas vividas em diferentes famílias e, quais as consequências daquele tipo de relação. Além disso, os participantes foram convidados a refletir através de uma dinâmica em grupo sobre quais sentimentos e atitudes devem ser levados para dentro de casa e quais não devem ser preservados na família. O encontro teve duração de aproximadamente 2 horas e não se percebia em nenhum participante pressa ou ansiedade pelo seu fim. O feedback foi muito positivo, pois quando questionados se continuariam os encontros foi unânime a afirmação.

Na semana seguinte aconteceu o Segundo encontro com o tema “Quem é teu filho?”, cujo objetivo era entender que os filhos são seres em formação que necessitam de uma referência familiar positiva que os oriente, além de compreender os componentes *biológicos, psicológicos, afetivos, intelectuais, espirituais e sociais* que constituem o ser humano e merecem atenção e cuidado. Nesse encontro, a participação aumentou, estavam presentes os pais/responsáveis por 40 alunos, mas o número de pessoas ultrapassava 50, pois, alguns levaram seus cônjuges. Isso leva a crer que as famílias sentem necessidade de orientação e formação. O foco principal desse encontro foi a Afetividade, refletindo que tudo aquilo que vemos, ouvimos, sentimos nos afetam de forma positiva ou negativa, cabendo ao adulto, em especial aos pais/responsáveis estar atento aos estímulos e exemplos que oferecem aos filhos, pois, certamente isso os afetará para vida toda. Os pais/responsáveis reunidos em grupos, refletiram sobre as dificuldades que enfrentam para educar os filhos no mundo atual, onde destacaram as tecnologias (principalmente celular e computador), a televisão, as más companhias, droga, violência, dificuldade de colocar limites uma vez que os pais saem para trabalhar e muitos filhos ficam sós em casa, assim, perdem um pouco o controle. Outro questionamento foi sobre as medidas que os pais costumam tomar quando o filho tem alguma atitude errada e, se tal medida tem funcionado. Nesse aspecto os pais/responsáveis relataram que costumam conversar, dar alguns castigos como tirar tv, celular, internet ou outra coisa que gostem, explicando o motivo e relatam que essas medidas algumas vezes funciona outras não. Por fim, foram questionados sobre: Quando educar? Como educar? E para que educar? As contribuições foram respectivamente as seguintes: Educar todos os dias, sempre; conversando, dialogando, dando exemplo, colocando limite responsabilidade e amor; educar para vida, para ser um bom cidadão, ser uma pessoa exemplar e de bem.

Na semana seguinte, os encontros continuavam repercutindo positivamente, pois, alguns estudantes vieram perguntar se os pais podiam começar a participar também. Foi enaltecido e valorizado o pedido, contudo foi explicado que seria formado um novo grupo em outro momento no qual os pais seriam muito bem vindos, que seria importante que participassem de todos os encontros para ter uma formação mais completa.

No terceiro encontro os participantes já estavam totalmente entrosados, percebia-se um clima muito afetuoso entre eles, um vínculo positivo se formava e se

fortalecia. O tema desse terceiro encontro foi “A escola dos nossos filhos” tendo como propósito reconhecer-se como classe trabalhadora, que frequenta a escola pública, percebendo como devemos coletivamente melhorar a escola dos nossos filhos. Foi destacado sobre as desigualdades sociais e educacionais que perduram em nosso país. Nesse sentido ao serem questionados se todos tem acesso ao mesmo tipo de educação, percebeu-se que inicialmente alguns diziam que sim, mas no fluir do debate os grupos reconheceram que há muitas desigualdades e entendem que os motivos são: condições financeiras, questões de preconceito com escolas de bairros e periferias, falta de participação mais ativa dos pais e destacaram, ainda, que se os governantes usassem escolas públicas, postos, hospitais, transporte público, dariam prioridade a essas instituições. Quando indagados porque colocam os filhos na escola, as respostas dos grupos foram: para ter um futuro melhor que os pais, ter uma profissão valorizada, ser um bom cidadão, ter um futuro digno e feliz. Sobre quais dificuldades identificam na escola onde o filho estuda, as respostas foram: falta de projetos no turno contrário; discriminação; brigas; calor dentro da sala (falta de ar condicionado). Por fim, questionados sobre o que as famílias podem fazer para melhorar a escola onde o filho estuda, os pais destacaram que deve haver mais participação das famílias, conhecer melhor como a escola funciona; que os pais devem orientar melhor os filhos para que respeitem os colegas, professores e funcionários em geral e ainda votar mais consciente para escolher melhores governantes.

Educar é um ato de amor e coragem, foi com esse tema que aconteceu o quarto encontro, para o qual foi previamente estimulada a participação dos pais, tendo em vista que a grande maioria do grupo era composta por mães e nesse encontro através do filme “Corajosos” seria dado ênfase ao papel do pai na família. Foi um encontro marcado por muita emoção, pois, além do filme trazer uma forte mensagem reflexiva sobre a figura paterna, ao final, os alunos entregaram aos seus pais/responsáveis uma foto acompanhada de uma carta de agradecimento por estarem participando. Isso fortaleceu o vínculo familiar.

Com o grupo totalmente coeso e unido ocorreu o quinto encontro com o tema “Fortalecendo nosso coletivo” o qual contou com um imprevisto: muita chuva e frio e um forte temporal próximo ao horário de início do encontro. Diante da situação seria até compreensível se a maioria não comparecesse, mas ainda assim a participação foi surpreendente pois os pais/responsáveis de 25 alunos compareceram. O objetivo

desse encontro era fortalecer o sentimento de pertença e coletividade.

Esse foi também o momento de avaliar os encontros e os pais/responsáveis expuseram sua opinião sobre alguns aspectos dessa experiência. Foram indagados por qual motivo decidiram participar dos Encontros de Formação. As respostas foram muito semelhantes, das quais destaco algumas para se ter ideia do alcance do trabalho realizado:

“Por ser uma experiência nova e envolver a escola e os filhos da gente.” (Mãe 1)

“Resolvi participar pois nunca é tarde para aprender coisas novas e para estar mais envolvida na vida escolar da minha filha.” (Mãe 2)

“Acredito que é importante participar de tudo que diz respeito a meus filhos.” (Mãe 3)

“Porque sempre temos algo a aprender.” (Mãe 4).

“Pela minha família. Eu precisava mudar e a escola está me propondo isso.” (Pai 1)

“Decidi participar porque a escola é a melhor coisa para instruir nossos filhos a ser uma pessoa honesta para se dar bem na vida.” (Mãe 5)

“Porque tudo que possa nos ajudar a tornar a escola dos nossos filhos e até nossos filhos melhores é sempre bem vindo e até nós pais, as vezes achamos que sabemos educar mas não basta só educar, temos que incentivar, valorizar nossas crianças.” (Mãe 6).

Questionados se achavam que os Encontros contribuíram de alguma maneira para melhorar o relacionamento familiar, obtivemos as seguintes respostas:

“Sim, escutei muitas opiniões, sou uma mãe nova, então pude ter a oportunidade de escutar pessoas mais experientes e ver que todos tem dificuldades em suas casas. Assim trouxe para minha casa coisas novas, novas atitudes, melhorando minha vida e meu lar.” (Mãe 1)

“Com certeza, porque faz com que nós pais aprendamos como lidar melhor com nossos filhos e assim contribuir mais com a escola.” (Mãe 2)

“Sim porque pela maneira que foi tratado os assuntos fez a gente pensar e refletir mais, principalmente antes de agir.” (Mãe 3)

“Sim, porque aprendi muitas coisas boas que talvez se não estivesse participando não teria incentivado a se relacionar mais com minha família.” (Mãe 4)

“Sim porque as vezes você acha que tá fazendo tudo certo, mas quando começa conversar com outras pessoas sobre nosso assunto você percebe que nem sempre ta fazendo o certo.” (Mãe 5)

“Sim. Totalmente porque tiramos um tempo para refletir sobre nossos filhos e o que

devemos melhorar para com eles.” (Mãe 6)

“Sim, trouxe para casa muito mais do que imaginava.” (Mãe 7)

“Para conversar com os amigos e conhecer mais os professores e fazer mais amizade com eles.” (Mãe 8)

Diante do questionamento se os encontros serviram de alguma forma para aproximá-los mais da escola percebeu-se as seguintes respostas:

“Sim, apesar de eu sempre estar o mais próximo possível da escola, sempre vou ver como estão meus filhos no colégio, mas com os encontros você se aproxima mais, conhece mais os pais dos alunos, conversa, dá ideia.” (Mãe 1)

“Sim porque a gente vê que também pode contar com a ajuda dos professores e juntos podemos fazer algo melhor pelos nossos filhos.” (Mãe 2)

“Comecei ver a escola diferente. Estou ficando mais preocupado com meus atos. Com esses encontros estou sendo outra pessoa. Só tenho a agradecer.” (Mãe 3)

“Sim, se todos caminharmos juntos, pais, alunos e professores fica mais fácil resolver.” (Mãe 4)

“Sim sempre quis participar e esta foi uma ótima oportunidade.” (Mãe 5)

“Sim pouco ia a escola, somente em ocasiões que me chamavam. Ir aos encontros de Pais me fez ver que tenho que acompanhar mais a escola onde minha filha estuda.” (Mãe 6)

“Sim, pois muitas vezes não temos tempo ou achamos que não temos tempo para nada, vimos que umas horas tiradas são muito produtivas. O diálogo entre famílias diferentes, o entendimento, conhecimento de tudo que diz respeito a escola dos nossos filhos.” (Mãe 7)

Os pais/responsáveis que participaram dos encontros entenderam que uma das formas de dar visibilidade ao trabalho realizado neste projeto e, assim, tentar atrair mais famílias seria eles próprios falarem com os conhecidos sobre como estava sendo produtivo, além de divulgar nas redes sociais:

“Sugiro que seja promovido mais encontros assim. Um irá trazer outro, até que todos participem”. (Mãe 1)

“Eu penso que nós pais que estamos participando e nossos filhos se unam e consigam trazer mais pais nos encontros”. (Pai 1)

“Que cada um dos participantes fale mais sobre os encontros e que os alunos também comentem com os colegas. Que seja publicado no facebook” (Mãe 2)

“Na minha opinião tem várias oportunidades, mas tem pais que não se importam

com os filhos, por isso não participam de nada que a escola oferece.”(Mãe 3)

“Talvez dar alguns bons exemplos, para que as outras famílias possam ver o quanto é bom.” (Mãe 4)

Sobre os pontos positivos da Escola de Pais, seguem algumas considerações:

-Novas opiniões, diálogo, união do grupo, ótimas palestras, melhoras no convívio familiar;

-São muito os pontos positivos, eu acho que foram poucos encontros, mas vi esforço de muitos para estar aqui. Interagimos muito bem, as opiniões foram respeitadas;

- A união da família com a escola, isso faz a diferença. Acho que isso estava faltando e foi uma iniciativa muito positiva pela escola;

-A gente pôde se aproximar dos filhos, tirar um tempo com eles, se aproximar da escola, debater sobre diversos assuntos e com isso aprendemos muitas coisas;

- Você aprende cada vez mais, conhece mais os pais, você fica mais a par dos assuntos da escola. Cada encontro você leva algo novo para casa. Faz você perceber que muitas vezes não está fazendo o certo;

-Os pais sendo orientados, melhora o comportamento dos filhos, pois nos deixa mais a par dos problemas e também das conquistas;

- O tratamento recebido. A ajuda que esses encontros trouxe para muitos, como melhorou o diálogo em casa.

Para finalizar este ciclo de encontros foi proporcionado aos participantes uma cerimônia de Formatura onde toda comunidade escolar estava presente (inclusive as famílias não participantes do projeto). Foram confeccionadas camisetas aos Formandos e eles receberam o Certificado de participação das mãos dos filhos. Foi muito significativo. Para alguns talvez tenha sido o único certificado que receberam em sua vida. Além disso, os próprios pais conclamaram seus pares a participar mais da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo dos professores por uma participação familiar mais efetiva na vida escolar dos filhos é pertinente, contudo, já ficou evidenciado ao longo dos anos que essa participação não ocorrerá de forma espontânea, já que para as famílias talvez seja mais difícil articular-se e saber por onde iniciar, portanto, a escola deve dar o

primeiro passo no sentido de aproximação.

Além disso, a escola como Instituição educativa deve procurar melhorar a receptividade e a comunicação com as famílias, evitando posturas hostis ou de mera transferência dos problemas aos pais/responsáveis, mas buscando coletivamente planejar e executar ações que venham a contribuir para o sucesso do estudante e para a melhoria da educação pública, tendo em vista que essa parece ser a única possibilidade viável para a classe trabalhadora.

Percebeu-se ao longo deste trabalho que uma mudança de foco se faz necessária: deixar de dar tanta ênfase às famílias que não participam e criar espaços para aquelas que desejam fazê-lo. Como ficou evidenciado há um número significativo de pais/responsáveis que atendem o chamado da escola e desejam maior proximidade, contudo não sabem como proceder.

Constatou-se que as famílias que participaram dos encontros de formação propostos, mudaram seu olhar sobre a escola e os educadores e estão mais envolvidos na vida escolar dos filhos. Isso nos remete ao título deste artigo “Família e Escola: uma parceria possível e necessária”, comprovando-se que além de necessária essa parceria não só é possível como é extremamente benéfica para ambas as partes.

10 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**/Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. - Brasília: MEC, ACS, 2004.

DEL PRETTE, A. & DEL PRETTE Z.A.P. **Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DESSEN, M. A. & POLONIA, A.C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Disponível em: <www.scielo.br/paideia>. Acesso em: 10 abr 2016.

ETAVARD, P. **Os nossos filhos na escola**. Lisboa, Editorial Aster, (S.D).

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2008

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J.; F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

LÔBO, Paulo. **Direito civil: Famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEIRIEU, P. **Aprender...Sim, mas como?**. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NOGUEIRA, C.M.M & NOGEIRA, M.A. (2002) “**A sociologia da educação de Pierre Bordieu: limites e contribuições**”. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 78, Abril/2002

PARANÁ, Escola Estadual do Bairro Itaipu: **Projeto Político Pedagógico**. Salto do Lontra, 2013.

PARO, V.H. (1992): **Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v.73, n.174, p.255-290, maio/ago.

SACRISTÁN, J.G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

WAGNER, A., R., L. S., Arteche, A. X., & Bornholdt, E. A. **Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 1999, 147-156.